

## Pela Paz! Não à Guerra no Médio Oriente

**O** CPPC está a levar a cabo uma campanha contra uma intervenção militar externa na Síria ou no Irão, que tem como lema *Pela Paz! Não à Guerra no Médio Oriente*.

importantes riquezas em hidrocarbonetos, e a destruição de qualquer país que soberanamente se oponha a esta intenção. Um desses pretextos é a situação

### Pela Paz!

Nesta campanha, o CPPC considera que são condições para a promoção e garantia da paz: a **rejeição de qualquer intervenção militar** contra a Síria ou o Irão; a **condenação das acções estrangeiras** para desestabilizar estes países; a **exigência do fim das sanções**, cujas primeiras vítimas são as populações; o apelo, no espírito e respeito da Carta das Nações Unidas, **ao diálogo, à negociação e à diplomacia** para a resolução pacífica dos conflitos na região; a consideração que **todos os povos, incluindo os da Síria e do Irão, têm o direito de viver em paz** e em democracia, de acordo com as suas decisões soberanas; o **reconhecimento dos direitos do povo da Palestina**, incluindo o direito a um Estado livre e soberano; e a **defesa de um Médio Oriente livre de armas nucleares**, nomeadamente com a desnuclearização de Israel.

A sustentar todas as iniciativas desta campanha está a determinação do Conselho Português para a Paz e Cooperação de tudo fazer para travar uma nova intervenção militar na região. A irem por diante, estas agressões militares afectariam os povos de todo o mundo e teriam graves consequências na região, devido à escalada de violência que gerariam e ao aumento dos preços dos combustíveis que se seguiria. Assim, depois do Iraque, do Afeganistão e da Líbia, deve-se a todo o custo evitar uma nova guerra, agora contra estes dois países.

Relativamente às razões evocadas para impor sanções e bloqueios económicos à Síria e ao Irão, promover a ingerência e o conflito e ameaçar com a possibilidade de uma guerra, são meros pretextos para esconder o que verdadeiramente está em causa: a ambição de controlo total das matérias-primas do Médio Oriente pelas grandes potências, sobretudo das

que se vive actualmente na Síria, pela qual são os que mais ameaçam o governo desse país (EUA, NATO, UE e as monarquias do Golfo que dominam a Liga Árabe) os principais responsáveis pela sua agudização. Outro dos motivos adiantados para ameaçar e chantagear o Irão é a sua suposta intenção de produzir armamento nuclear - nunca provada e repetidamente desmentida pelas autoridades iranianas.

Ironia das ironias é que os EUA e a União Europeia são os maio-

res produtores de armas do mundo - os EUA são mesmo o único país que já usou armas nucleares, contra as populações civis de Hiroshima e Nagasáqui - e têm no seu cadastro de «defesa dos direitos humanos» guerras de agressão contra a Jugoslávia, a Somália, o Iraque, o Afeganistão ou a Líbia, o apoio à ocupação e massacre israelitas da Palestina, as prisões secretas, os campos de tortura como Guantánamo, etc.





Concentração em Lisboa



Acção de rua no Porto

Por todo o País

## Esclarecer e mobilizar

A campanha que o CPPC está a levar a cabo contra a deflagração de novas guerras no Médio Oriente consta não só de iniciativas assumidas em nome próprio, mas também da promoção de acções mais abrangentes com vista a construir a necessária unidade e alargar o movimento em prol da paz. Foi o que sucedeu na concentração realizada no dia 13 de Março na Baixa lisboeta, que reuniu centenas de pessoas. Dois dias depois, mas no Porto, realizou-se uma acção de esclarecimento convocada por vários movimentos e organizações da cidade.

Beneficiando do alargamento regional do CPPC (e contribuindo para ele), realizou-se um debate em **Coimbra**, no monumental café *Santa Cruz*, no qual participaram a presidente e o vice-presidente da Direcção do CPPC, Ilda Figueiredo e José Baptista Alves. Na sessão, promovida pelo núcleo local do Conselho da Paz e à qual compareceram mais de 30 pessoas, estabeleceu-se a ligação entre a guerra no Médio Oriente e a política nacional - as agressões militares que matam naquela

região do globo são da mesma natureza dos ataques às condições de vida e dignidade das pessoas perpetrados em Portugal. «É a exploração dirigida pelo capital e o império que mata em ambas as situações», denunciou-se. Do debate saiu a determinação em esclarecer e mobilizar a população de Coimbra para a urgência de defender a paz.

ram num debate promovido em parceria com a Universidade Popular do Porto, na sede desta. Com a presença de mais de 30 pessoas, o debate foi aberto por Sérgio Vinagre, presidente da UPP, tendo os dirigentes do CPPC apresentado o recém-criado núcleo do CPPC no Porto e denunciado as novas ameaças de guerra que pairam sobre os já martirizados povos



Sessão em Lisboa

No **Porto**, no dia 3 de Março, Ilda Figueiredo e Hernâni Magalhães, também da direcção nacional do CPPC, participa-

do Médio Oriente.

Em **Lisboa**, tiveram lugar dois debates: um na Faculdade de Letras de Lisboa, no dia 8, com a presença de Hernâni Magalhães e Gustavo Carneiro, da direcção do CPPC; e outro no Clube Estefânia, com Carlos Carvalho, da Direcção do CPPC, e Vítor Silva, da direcção do Clube Estefânia e também membro da mesa da Assembleia-Geral do CPPC. Em ambos a tónica foi colocada no desmascarar das mentiras com que se bombardeia a opinião pública a fim de legitimar futuras agressões. Como já alguém disse, numa guerra a primeira vítima é a verdade. A campanha continua.



Debate em Coimbra





## Cinquenta personalidades contra a Guerra

# Alargar o campo da Paz

**C**inquenta personalidades portuguesas, das mais variadas áreas de intervenção, subscreveram uma posição contra a possibilidade de deflagração de novos conflitos no Médio Oriente. No texto, assumem a «grande preocupação» com a situação num grande número de países e com a «ameaça iminente de intervenção militar externa na Síria, após persistente alimentação da dissensão interna, bem como a longa preparação de intervenção militar no Irão».

Entendem os subscritores que as relações internacionais «não se devem reger pela ingerência, pela guerra e pela ambição de domínio político e económico - nomeadamente, das reservas de hidrocarbonetos - mas pelo desanuviamento, pela resolução pacífica dos conflitos, na promoção da paz e da cooperação». A guerra, acrescentam, «constitui a maior violação dos direitos humanos e dos povos».

Realçando que a «ingerência, a agressão e a guerra não são solução para os problemas», antes os agravam, as cinquenta personalidades garantem que a «escalada de guerra no Médio Oriente terá profundas e graves consequências para os povos dessa região, para toda a Humanidade», pois o que está em causa é o «próprio equilíbrio económico e a paz mundiais».

Até meados de Março tinham assinado o documento as seguintes personalidades: Abílio Fernandes; Alice Vieira; Alfredo Maia; Ana Goulart; António Cartaxo; António Pereira Soares; Augusto Praça; Augusto Sobral; António Avelãs Nunes; Avelino Gonçalves; Frei Bento Domingues; Carlos Avilez; Carlos Humberto; Carmen Santos; Cláudia Dias; Deolinda Machado; Dieter Dellinger; Domingos Lobo; Falcão de Campos; Frederico Carvalho; Graciete Cruz; Graziela Abraços; Ilda Figueiredo; João San Payo; Jorge Palma; José Baptista Alves; José Barata Moura; José Goulão; Levy Baptista; Luis Varatojo; Manuel Duran Clemente; Manuel Freire; Manuel Loff; Maria Helena Rato; Maria do Céu Guerra; Maria Velho da Costa; Mário Jacques; Mário Pádua; Margarida Tengarrinha; Miguel Madeira; Nuno Santos / *Chullage*; Paulo de Carvalho; Pedro Abrunhosa; Rui Namorado Rosa; Samuel Quedas; Sebastião Antunes; Sérgio Ribeiro; Silas Cerqueira; Siza Vieira; Urbano Tavares Rodrigues.

### Marços negros de guerra

Ao mesmo tempo em que, neste Março de 2012, se empenhou na denúncia e na mobilização contra a preparação de novas guerras no Médio Oriente, o CPPC não se esqueceu de evocar outros marços e outras guerras.

Lembrando a passagem de um ano sobre o início dos ataques da NATO à **Líbia**, o CPPC considerava-os uma «agressão externa, brutal e ilegítima, que provocou a morte de dezenas de milhares de pessoas, uma autêntica barbárie e catástrofe humanitária e a destruição de inúmeras infra-estruturas económicas e sociais do povo líbio». Também aqui, a guerra foi lançada a coberto da falsa intensão da «defesa dos civis» e dos «direitos humanos» e inaceitavelmente branqueada pelo Conselho de Segurança da ONU. A destruição da Líbia não foi mais do que uma forma de os EUA e as potências da União Europeia «substituírem um governo que mantinha uma relativa independência» destas potências por outro a elas submetido.

Tal como o CPPC alertou desde a primeira hora, e como a história se encarregou de demonstrar, «tratou-se de uma guerra pelo controlo dos importantes recursos naturais da Líbia, nomeadamente do petróleo, e pelo domínio geo-estratégico daquela importante região do mundo». Hoje, a Líbia é um país destruído, mergulhado no caos e na violência – onde se verificam as mais brutais violações dos direitos humanos, incluindo a prática da tortura –, com muitas localidades e bairros sujeitos ao poder discrecionário de bandos armados». Sobre algumas regiões paira agora o espectro da secessão.

Também os nove anos do início da guerra contra o **Iraque** foram lembrados pelo CPPC, que recordou a invasão do país, a destruição do seu Estado e o assassinato do seu presidente, na sequência de «doze anos de desgaste económico e social e de brutal sofrimentos do povo iraquiano, por via de um pesado embargo económico, apertado controlo militar e a acção subversiva». Esta ofensiva teve como consequências as intervenções imperialistas e presença militar activa noutros países do Norte de África, Médio Oriente e no Mar Árábico, mediante os quais as potências ocidentais pudessem «suprimir a luta popular, nacional e progressista dos povos do Médio Oriente, explorar o trabalho desses povos e espoliá-los das suas riquezas naturais, e bem assim, ocupar posições e ganhar vantagens geoestratégicas e económicas face às potências euro-asiáticas». Esta guerra marcou também uma nova etapa da manipulação desavergonhada da opinião pública, a propósito da mentirosa existência de armas de destruição maciça nas mãos do exército iraquiano.

Foi ainda em Março, mas de 1999, se iniciou a agressão da NATO à **Jugoslávia**, à revelia do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas. Para lá dos milhares de mortos e feridos e da destruição de importantes infra-estruturas, esta guerra significou a aplicação prática do «novo» conceito estratégico da NATO, em que esta se arrogou no direito de intervir aberta e ofensivamente. Sob o pretexto dos combates travados entre sérvios e albano-kosovares, os EUA e os seus aliados testaram armamentos – como armas de urânio empobrecido – sobre a população sérvia e prosseguiram a destruição de um país soberano, dividindo-o e ocupando parte do seu território – o Kosovo declarou unilateralmente a sua independência, à margem do direito internacional.

## Dissolução da NATO

# Condição indispensável



O CPPC não deixou passar em claro mais um aniversário da NATO – o 63.º – que se cumpriu no início de Abril. Lembrando a sua criação, em 1949, por 12 estados (EUA, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Islândia e Portugal), o CPPC sublinha que este bloco político-militar foi projectado como um «instrumento ao serviço dos interesses do imperialismo».

Ao integrar Portugal, dominado à época por uma ditadura fascista, entre os seus membros fundadores, a NATO tornou logo claro que a sua constituição não visava a promoção e a defesa da democracia e da liberdade, como era então apreçoado, mas apenas a «tensão, a

escalada armamentista e a ameaça de agressão militar aos países socialistas». A vida confirmou-o: ao longo dos anos, a NATO «tem sido um instrumento de repressão dos povos e da sua luta e anseio pela construção de um mundo de paz e de progresso económico e social».

O seu alargamento, com a integração da então Alemanha Federal, da Grécia, da Espanha e, mais tarde, aos países de Leste e dos Balcãs, visou sobretudo o «cerco à Rússia e a instalação de bases militares dotadas de armamento altamente sofisticado, como o actual sistema anti-míssil». Desaparecidos a União Soviética e o campo socialista, a NATO reviu o seu conceito estratégico ajustando-o ao objectivo de intervir de forma ofensiva, à revelia da Carta das Nações Unidas e do Direito Interna-

## para a Paz

cional, como aconteceu com a intervenção na Jugoslávia em 1999.

A última versão do conceito estratégico foi aprovada em 2010 em Lisboa. Aí reafirmou-se a ambição da NATO e das potências que lhe dão corpo de exercer, à escala mundial, o papel de instrumento militar do imperialismo, o que teve, de imediato, aplicação na



agressão e destruição do Estado líbio, mantendo constante a ameaça no Médio Oriente, à Síria e ao Irão. Em Maio de este ano, realiza-se em Chicago uma nova cimeira da NATO.

Lembrando a Campanha em Defesa da Paz e Contra a Cimeira da NATO em Portugal, *Campanha Paz Sim! NATO Não!*, seus valores e objectivos, o CPPC reafirmava que a dissolução da NATO é uma «condição indispensável para a paz no Mundo».

## Lembrar 2010

No momento em que se prepara mais uma cimeira da NATO, a ter lugar em Chicago no final de Maio, o CPPC lembra a grandiosa movimentação levada a cabo em Portugal no ano de 2010 em torno da rejeição da cimeira que se realizou em Lisboa e que culminou na grande manifestação *Paz Sim! NATO Não!*, que trouxe a Lisboa mais de 30 mil portugueses e portuguesas.

Assumindo-se como a voz de todo um povo amante da paz, os manifestantes rejeitaram a realização da cimeira no nosso País e o seus objectivos e reafirmaram bem alto a sua exigência de dissolução da NATO. No final dessa imponente jornada, a actriz e combatente da Paz Maria do Céu Guerra leu uma declaração, de que recordamos o conteúdo essencial: «A NATO, apostada em esmagar os direitos dos povos, violar as soberanias nacionais e subverter o direito internacional, mantém o mundo refém da corrida aos armamentos, da ameaça de guerra e do terror nuclear», sendo responsável por «crimes hediondos, pela liquidação de incontáveis vidas humanas, pela destruição de países e de recursos».

Na declaração assinalava-se ainda que «grandes responsáveis pela agudização da situação económica e social ao nível nacional e internacional são os mesmos que promovem a corrida aos armamentos, a militarização das relações internacionais e a guerra». As exigências aí assumidas mantêm hoje toda a actualidade: a **retirada das forças portuguesas envolvidas em missões militares da NATO**; o **fim das bases militares estrangeiras e das instalações da NATO em território nacional**; a **dissolução da NATO**; o **desarmamento e o fim das armas nucleares e de destruição maciça**.

A NATO é uma aliança militar agressiva que constitui na actualidade a maior ameaça à paz e à segurança internacional

# Presos palestinianos em Israel

Aproximadamente 700 mil palestinianos estiveram detidos em prisões israelitas desde 1967. Se o número impressiona, a realidade é bem mais sinistra, pela sistemática violação de tudo o que constitui normas internacionais, traduzidas em convenções, a que tais prisioneiros estiveram e continuam a estar submetidos.

Espalhados por 19 prisões, a que se somam 4 centros de interrogatórios e 3 centros de detenção, instalados em locais que vão desde bases militares a desertos e mesmo em locais desconhecidos, **neste momento existem perto de 5 mil presos políticos palestinianos, alguns dos quais sob a famigerada lei da detenção “administrativa”**, bem conhecida dos resistentes portugueses ao fascismo, onde sob lei militar qualquer palestiniano pode permanecer indefinidamente preso sem qualquer acusação, sem ser levado a julgamento, sem lhe ser permitida qualquer defesa. Neste momento, o número de detidos “administrativamente” é de 309, entre os quais vários deputados eleitos ao Parlamento Palestino e mesmo ministros do governo palestiniano.

Segundo é hoje conhecido através de fontes independentes e até de organizações israelitas de defesa dos direitos humanos, a prática de tortura é generalizada, nomeadamente a “tortura do sono”, agressões continuadas, subalimentação, falta de tratamento médicos, raios relâmpagos às celas, espancando brutalmente os presos e mesmo ferindo-os a tiro – há mesmo casos de mortes confirmadas na prisão de Ktziot.

O Estado de Israel, que assinou as convenções internacionais das Nações Unidas contra o uso de tortura e outros tratamentos desu-

manos e cruéis, jamais se absteve de os usar contra presos políticos palestinianos, que estão presos porque lutaram e continuam lutar contra a ocupação colonial da sua terra, contra a perseguição a que o seu povo está submetido. A isto não escapam menores de idade, «culpados» muitas vezes por atirarem pedras ao muro da vergonha que Israel construiu e continua a construir à volta das localidades palestinianas.



Existem, porém, alguns casos, em que a situação é ainda mais dramática, como é o caso das centenas de crianças detidas e dos presos políticos oriundos da zona de Jerusalém Este, cerca de 200, a quem nenhum direito é reconhecido. Ora julgados em tribunal militar ora em tribunal civil, segundo a conveniência que o Estado sionista, o objectivo central é o de expulsar o máximo possível de cidadãos palestinianos dessa cidade, na verdade o mesmo objectivo praticado em todas as zonas da Palestina ocupadas ilegalmente pelo estado israelita.

Tudo serve para retirar o direito de residência a qualquer cidadão palestiniano, ameaça sempre latente sobre presos e não presos, forma “simples” que o estado sionista utiliza, à semelhança do utilizado pelo estado nazi nos anos 30 do século passado, para proceder à “purificação racial”, como objectivo para a construção de um “Estado de judeus e só para judeus”. Sem Palestinos! É tempo de exigir a libertação de todos os presos políticos palestinianos e o fim da ocupação.

**Hernâni Magalhães**  
Membro da Direcção do CPPC

## Novo Tratado Internacional - Uma ameaça à Paz

Está em marcha, em 25 países da União Europeia, o processo de aprovação de um tratado internacional que, apesar de ter nome pomposo de *Tratado sobre estabilidade, coordenação e governação na união económica e monetária*, é mais um grave atentado ao direito dos povos de escolherem livremente o seu caminho.

Feito à socapa, imposto pela Alemanha e aceite de forma passiva pelos 24 outros governos, incluindo Portugal, assumiu a forma de tratado intergovernamental para fugir a eventuais referendos, com excepção da Irlanda, e para poder entrar em vigor após a sua ratificação por apenas 12 Estados.

Mas, além de todo o processo afrontar os mais básicos princípios democráticos, o seu conteúdo é uma verdadeira

ameaça à paz por insistir no aprofundamento das políticas que estão a gerar o agravamento das desigualdades sociais, o empobrecimento dos países de economias mais frágeis, a dependência económica e política, designadamente com a imposição da regra dita de ouro, o que naturalmente conduzirá a maiores tensões sociais.

São exemplos do seu inaceitável conteúdo: a imposição de um défice estrutural máximo de 0,5% do PIB, a redução anual de 5% da dívida e a submissão da emissão de dívida pública a parecer prévio da Comissão Europeia, a que acrescem a aplicação de sanções, se não for respeitado o tal défice, além da obrigatoriedade de inscrição na legislação interna dos referidos limites, o que, de facto, visa

transformar Portugal, e outros países em situação semelhante, em simples protectorados de Berlim e de Bruxelas. Ora, se a aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento actual - com um limite do défice de 3% do PIB - já implicou um autêntico pacto de agressão ao povo português, com um ataque sem precedentes aos direitos sociais e laborais, a diminuição desse limite, nos termos impostos neste projecto de tratado, desencadeará graves consequências económicas, sociais e políticas que serão factores de forte instabilidade, de repressão e outras acções anti-democráticas, constituindo uma séria ameaça à paz na Europa.

**Ilda Figueiredo**  
Presidente da Direcção do CPPC



CPPC contra revisões e desrespeitos

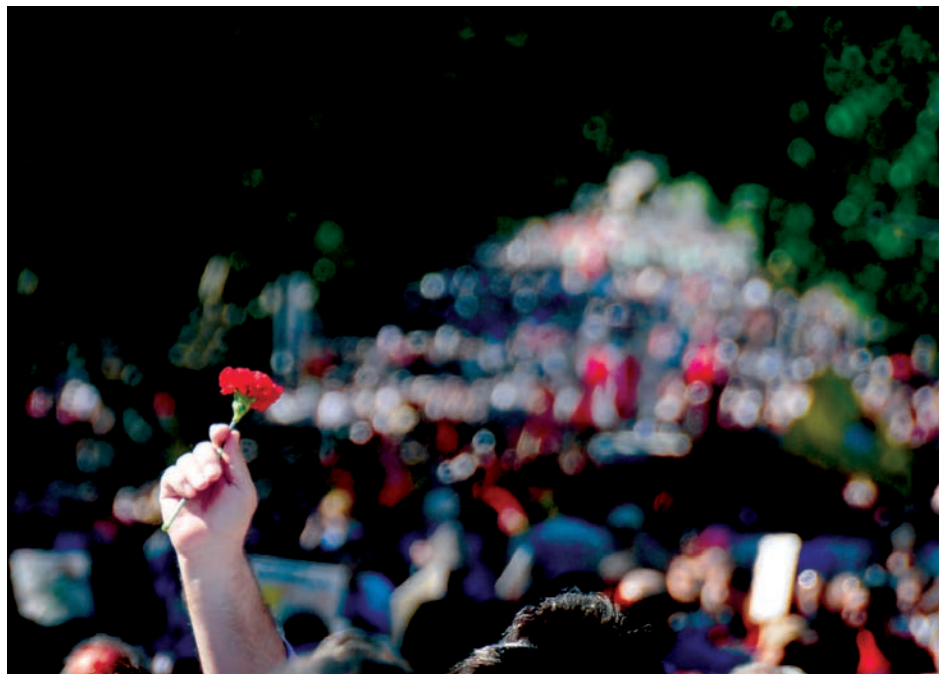
# Defender o artigo 7.º

**D**ando cumprimento à decisão da XXII Assembleia da Paz, o CPPC faz da defesa da Constituição da República Portuguesa, e do seu artigo 7.º, uma questão central da sua actividade, realizando várias iniciativas sobre o tema.

## Novas ameaças

Apesar do seu texto avançadíssimo, a Constituição da República Portuguesa não tem sido respeitada pelos sucessivos governos do País, que praticam políticas que espezinham o seu espírito e a sua letra. Não só no que respeita ao seu artigo 7.º, como em outras questões fundamentais, como o direito ao trabalho com direitos, à saúde, à educação ou à protecção social.

No que ao artigo 7.º diz respeito, 36 anos depois da aprovação da Constituição, acentua-se a submissão da política externa de Portugal à NATO, com a disponibilização e utilização das forças armadas portuguesas para a agressão a outros povos. Confirma-se assim – como noutras questões – um rumo de abdicação de uma intervenção soberana e de acordo com a Constituição, no sentido da paz e da cooperação entre os povos. Sobre a Lei Fundamental do País pairam hoje novas ameaças, nomeadamente a possibilidade de revisão profunda no sentido de a adequar à prática anticonstitucional das políticas prosseguidas. Defendê-la é um dos principais objectivos do CPPC.



No ano em que se assinala o 36.º aniversário da Lei Fundamental do País – a Constituição de Abril –, o CPPC destaca a consagração de direitos sociais, económicos e culturais conquistados com a Revolução de Abril e dos princípios e valores pelos quais Portugal deve reger as suas relações internacionais (artigo 7.º). Estes são, designadamente, a **independência nacional**, o **direito dos povos à autodeterminação e à independência**, a **igualdade entre os Estados**, a **solução pacífica dos conflitos internacionais**, a **não ingerência nos assuntos internos** dos outros Estados e a **cooperação com todos os outros povos** para a emancipação e o progresso da Humanidade.

O mesmo artigo 7.º prevê ainda a posição favorável de Portugal à **abolição do imperialismo e do colonialismo**, o **desarmamento geral, simultâneo e controlado**, a **dissolução dos blocos político-militares** e o **estabelecimento de um sistema de segurança colectiva**, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos, e reconhece aos povos o **direito à insurreição** contra todas as formas de opressão.

É por consagrar todos estes princípios – que fazem dela uma das mais avançadas e progressistas constituições do mundo – que o CPPC considera que na sua luta pela paz, pela pela cooperação com todos os povos do mundo, os activistas portugueses «encontram na Constituição da República um sólido aliado».

## CPPC participa em encontro no Seixal

O CPPC participou no encontro nacional da Plataforma *Juventude com Futuro é com a Constituição do Presente*, realizado no Seixal no dia 3 de Março. Nesse encontro, foi aprovada uma declaração à juventude portuguesa na qual se reafirma que é na «Constituição do presente, exercendo-a, cumprindo-a a respeitando-a, que estão as soluções fundamentais que dão resposta aos problemas, anseios e direitos da juventude».

Realçando que a juventude «tem direito ao presente e está em condições, tem forças, conhecimento e criatividade para participar na construção de um País que tem futuro», o apelo destaca ainda a vontade dos jovens de «defender e exigir que se cumpra a Constituição da República Portuguesa». «Só em conjunto e através de acções transformadoras poderemos reforçar a nossa Constituição», conclui o apelo.

O CPPC, que integrou desde o início esta plataforma, procurou garantir que o artigo 7.º não fosse esquecido, apoiando e partilhando, ao mesmo tempo, as reivindicações centrais da juventude, patentes na Constituição, relativas ao direito ao trabalho, ao ensino, à cultura e ao desporto.

## A Constituição de Abril e a Paz

O 25 de Abril de 1974 foi, em si mesmo, um acto de Paz. O derrube da ditadura pelo Movimento das Forças Armadas foi o culminar vitorioso dum processo de resistência e luta permanentes, ao longo dos 48 anos, contra o fascismo e o colonialismo.

No período revolucionário que se seguiu, até à promulgação da Constituição da República Portuguesa em Abril de 1976, a prática política dos governos provisórios, vinculados ao poder revolucionário, foi guiada pelo Programa do Movimento das Forças Armadas, tornado Lei Fundamental da Nação Portuguesa, por força da lei nº 3/74 de 14 de Maio. No capítulo B, parágrafo 7, podia ler-se: “o Governo Provisório orientar-se-à em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da Paz, alargando e diversificando relações internacionais, com base na amizade e cooperação: a) o Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes de tratados em vigor.»



Em 17 de Outubro de 1974, no seu discurso na Assembleia-Geral da ONU, o Presidente da República, General Costa Gomes, afirmava: «No plano das relações internacionais, procuraremos intensificar as relações económicas e políticas com todos os países amigos tradicionais e com todos os povos do mundo. Aproveitaremos as relações históricas com outros povos para desenvolver aceleradamente justas situações de interesse mútuo, incluindo os países existentes de expressão portuguesa as novas nações irmãs em formação pelo processo de descolonização em curso e não esquecendo os estados árabes e outros, cujas raízes históricas se cruzaram com as nossas, ao longo de séculos. As origens culturais latinas facilitar-nos-ão o reforço da solidariedade com todos os países latinos da Europa e da América.»

«(...) Ao nível das preocupações internacionais, Portugal manifesta o seu profundo desejo de ver as grandes potências mais dinâmicas no caminho do desarmamento mundial e que os enormes recursos que ficariam disponíveis sejam canalizados para os países mais desfavorecidos, onde em cada homem a luta pela sobrevivên-



cia é um drama que lhe nega o direito à cultura e ao progresso espiritual. No seu instinto de intercontinental humanismo, o povo português considera-se irmão de todos os povos oprimidos e declara a disposição de contri-

buir para todas as iniciativas que visem debelar a fome do mundo, melhor distribuir as riquezas e salvaguardar os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem.»

A Constituição da República Portuguesa, promulgada em 2 de Abril de 1976 pelo então Presidente da República Francisco de Costa Gomes, para entrar em vigor em 25 de Abril de 1976, incorpora no seu artigo 7.º os conceitos do Programa do MFA, alargando-os e enriquecendo-os com os ensinamentos e avanços do processo revolucionário.

Esta é a ordem constitucional para cuja defesa nos propomos mobilizar todos os portugueses amantes da Paz; esta é a ordem constitucional vigente que sucessivos governos e presidentes da República Portuguesa juraram cumprir e fazer cumprir; esta é a ordem constitucional Portuguesa e Portugal é mesmo aqui, neste cantinho onde vivemos e onde os governantes se afadigam a esquecer tudo quanto juraram cumprir e fazer cumprir.

**José Baptista Alves**  
Vice-Presidente do CPPC

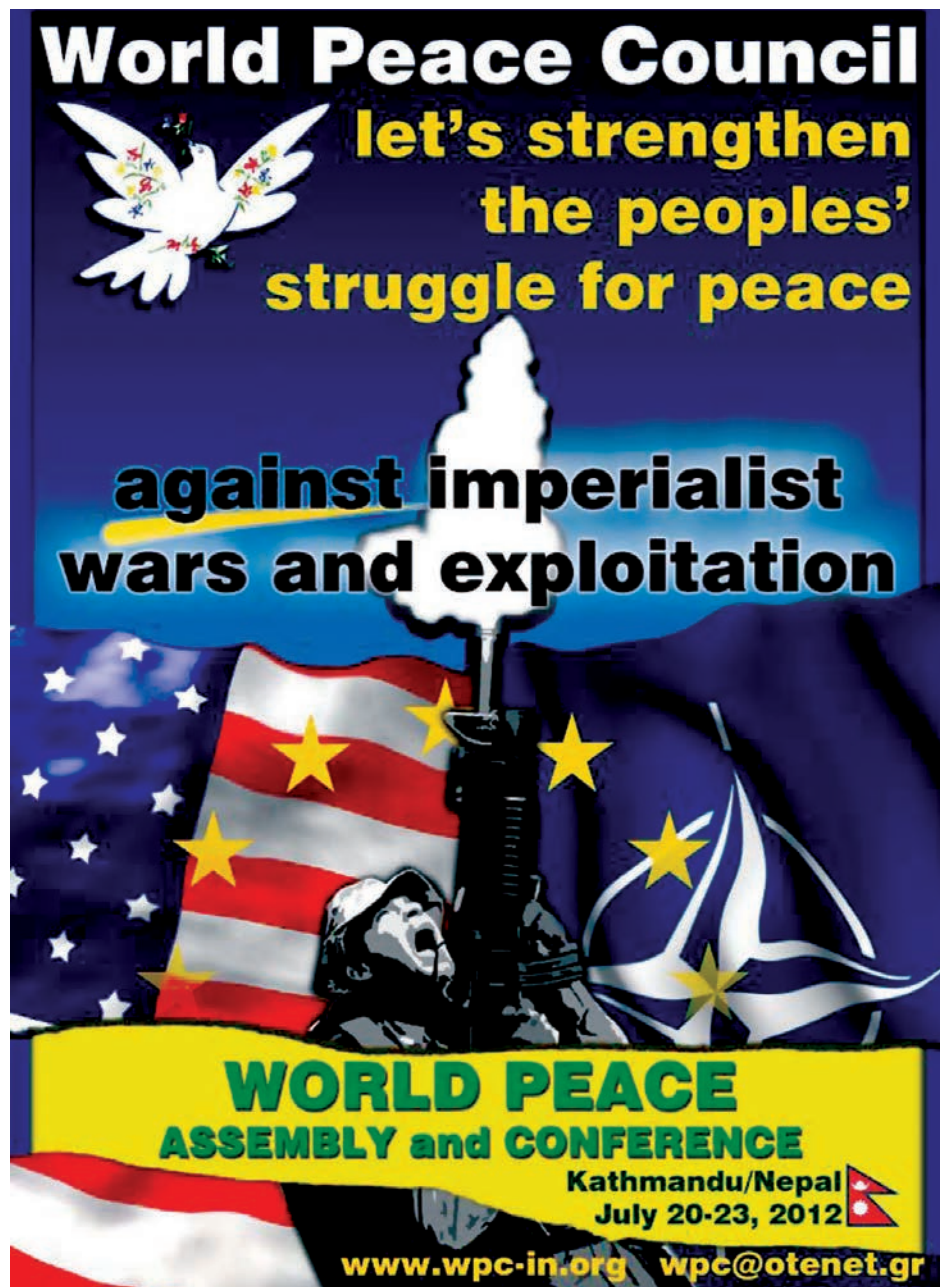


## Intensa actividade

O CPPC tomou posição, nestes meses, sobre as mais variadas temáticas relacionadas com a paz e a guerra ou com a defesa da soberania dos povos. A propósito dos 36 anos da proclamação da **República Árabe Saharaui Democrática**, o CPPC enviou uma carta aberta ao primeiro-ministro português, onde instava as autoridades nacionais a desenvolverem esforços para que sejam aplicadas, de uma vez por todas, as resoluções das Nações Unidas relativas à autodeterminação do povo saharauí, cuja pátria é o Sahara Ocidental. Para o CPPC, Portugal está obrigado a isso à luz dos seus preceitos constitucionais.

Denunciados foram também os «sucessivos bombardeamentos» israelitas sobre a **Faixa de Gaza**, que provocaram dezenas de mortos e feridos entre os palestinianos, considerando que estes novos ataques ilustram a «política de autêntico terrorismo de Estado que os governos de Israel têm vindo a praticar contra o povo palestino». O CPPC aproveitou a ocasião para destacar a hipocrisia daqueles que dizendo-se defensores dos direitos humanos, e a partir desse pretenso fundamento, «agredem os direitos humanos e dos povos e a saqueiam os recursos naturais de diversos países — como sucedeu mais recentemente na Líbia, e agora se traduz na ameaça concreta sobre a Síria e o Irão», nada dizendo sobre a ocupação da Palestina por Israel. Também por ocasião do **Dia da Terra** da Palestina, o CPPC reafirmou a exigência do estabelecimento de um estado da Palestina independente e viável.

Assinalados foram também o **Dia Internacional da Mulher** e o **Dia Nacional da Juventude**, estabelecendo-se a ligação entre a luta pela emancipação das mulheres trabalhadores e pelos direitos da juventude com a aspiração de todos à paz e à justiça.



Entre 20 e 23 de Julho terá lugar em Katmandu, capital do Nepal, a Assembleia Mundial da Paz, tendo como lema *Reforcemos a luta dos povos pela paz, contra as guerras imperialistas e a exploração*. No âmbito da preparação da Assembleia, realizou-se em Chipre, entre 6 e 8 de Abril, um encontro das organizações da região Europa do Conselho Mundial da Paz.

## CPPC na Síria

No momento em que fechamos esta edição do *Notícias da Paz*, o CPPC está representado numa missão conjunta do Conselho Mundial da Paz e da Federação Mundial da Juventude Democrática à Síria, que reúne delegações de vários países da Europa, Ásia e América Latina. O objectivo, para além da demonstração da

solidariedade com o povo sírio na sua luta pela soberania e pela paz, é a recolha de factos que ajudem a compreender melhor a situação que se vive naquele país do Médio Oriente. O programa da missão é organizado pela União Nacional de Estudantes Sírios e pelo Conselho Nacional da Paz Sírio.

Conselho Português para a Paz e Cooperação  
Rua Rodrigo da Fonseca, 56 - 2.º 1250-193 Lisboa Portugal Tel. 21 386 33 75 email: [conselhopez@cppc.pt](mailto:conselhopez@cppc.pt)  
[www.cppc.pt](http://www.cppc.pt)  
Visita e adere à nossa página do Facebook